

do Legislativo de 18/09/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - MANIFESTAÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 16/9/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Doutor Viana - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Gláucia Brandão - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h14min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 17, às 14 horas, nos termos do edital de convocação.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 20/9/2010, com a finalidade de comemorar os 80 anos do Banco BMG.

Palácio da Inconfidência, 17 de setembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Agnaldo Diniz Filho, Diretor-Presidente da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, pelos 138 anos de fundação dessa empresa (Requerimento nº 6.566/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Wanderley Geraldo de Ávila, Presidente do Tribunal de Contas, pelo recebimento do Grande Colar do Mérito Legislativo Municipal Tancredo de Almeida Neves, outorgado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (Requerimento nº 6.585/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. José Antonino Baía Borges, Desembargador, pelo recebimento do Grande Colar do Mérito Legislativo Municipal Tancredo de Almeida Neves, outorgado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (Requerimento nº 6.594/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Kildare Gonçalves Carvalho, Presidente do TRE-MG, pelo recebimento do Grande Colar do Mérito Legislativo Municipal Tancredo de Almeida Neves, outorgado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (Requerimento nº 6.595/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, pelo recebimento do Grande Colar do Mérito Legislativo Municipal Tancredo de Almeida Neves, outorgado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (Requerimento nº 6.596/2010, do Deputado Wander Borges).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

69ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 14/9/2010

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz pequena troca com o ilustre Deputado Weliton Prado. Quero, mais uma vez, cumprimentar os servidores do Tribunal de Justiça, os assistentes sociais, os Comissários da Infância, os Oficiais, assim como os psicólogos. De forma especial, cumprimento ainda o Serjusmig, que há 15 dias vem fazendo insistentemente esta justa manifestação, esta justa mobilização em prol da aprovação do adicional de periculosidade para essas categorias. O Sindicato, nas escadarias desta Casa, mantém-se em assembleia permanente pela inclusão em pauta - e aprovação - do Projeto de Lei nº 3.797/2009.

Eu e a bancada PT-PCdoB estamos definitivamente solidários à luta, ao pleito dos servidores do Tribunal em relação ao adicional, que deve ser pago. É importante salientar que as diversas funções exercidas pelos Oficiais, pelos assistentes sociais e pelos Comissários da Infância expõem demasiadamente esses profissionais a riscos. O Oficial de Justiça tem de cumprir determinadas diligências e mandatos, assim como intimar e notificar, até mesmo em áreas de risco.

Oficiais de Justiça de comarcas do interior trabalham em grandes extensões rurais, que os expõem, permanentemente, ao risco. Em alguns casos, o Oficial, o Comissário, o psicólogo ou o assistente submetem-se ao risco de forma mais intensa e preocupante até do que o próprio Juiz de Direito. Então, é fundamental a aprovação desse adicional e a inclusão em pauta do Projeto de Lei nº 3.797/2009.

Quero ressaltar, de forma muito respeitosa a opiniões diferentes, que entendo diferentemente do ilustre Deputado Sargento Rodrigues. Creio que o momento agora é de cobrar aqui a responsabilidade da Casa Legislativa, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. E vou dizer por quê. Queira ou não, o primeiro passo, pouco ou não, o Tribunal deu: enviou o projeto para esta Casa. A proposta original veio do Tribunal de Justiça. Obviamente, a proposta original nem sempre está de acordo com o que deve ser, de acordo com os interesses dos servidores. A proposta original, a ser regulamentada posteriormente, estabelecia um adicional de insalubridade. Esse é um primeiro avanço, porém o papel da Casa é justamente aprimorar o projeto, dizer que o adicional tem de ser de periculosidade, e não, de insalubridade e garantir os 30%. O nosso papel é determinar os critérios, que devem ser estabelecidos de forma clara, transparente, republicana, para que as atividades de risco sejam contempladas pela lei e para que, ao se dar um adicional de forma generalizada, isso não se confunda com mero aumento geral de salário. Então, é importante estabelecer não só as funções, mas também as condições. Pode haver, eventualmente, casos como o de um Oficial de Justiça que trabalhe no próprio Tribunal em determinadas situações que não justifiquem a concessão, por exemplo. Da mesma forma como pode ocorrer o caso de um Oficial de Justiça da área criminal de uma comarca com grande índice de violência, vamos dizer assim. Então, é preciso estabelecer critérios e condições. Fazer com que o projeto avance e seja aprovado é função eminentemente legislativa. Essa é a questão. Não podemos escamotear os fatos. Simplesmente dizer-se agora que o vilão é só o Presidente do Tribunal - perdoem-me, mas não posso concordar. Creio que o Desembargador Cláudio Costa pode contribuir mais na mesa de negociação, mas não existe negociação sem diálogo, sem uma parte ceder algo à outra. E, nesse aspecto, o Presidente do Tribunal tem como contribuir mais. Agora, não estou discutindo aqui a posição do Tribunal, mas, sim, a da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Estou questionando aqui porque é muito fácil o Deputado Sargento Rodrigues vir aqui e cobrar postura do Presidente do Tribunal de Justiça. Quero vê-lo cobrar aqui postura dos Deputados e Deputadas da base, que não se encontram aqui nesta tarde, que não vieram na parte da manhã, que não vieram na semana passada. Provavelmente, estão deslumbrados com as pesquisas eleitorais e devem estar nas suas bases fazendo campanha eleitoral, esquecendo-se da sua função eminentemente legislativa: a de estar aqui e votar projetos. Os nossos Deputados aqui estão. O PT e o PCdoB estão aqui.

Creio, então, ser muito importante limpar o terreno. Se a Assembleia Legislativa quiser, se for da vontade da Maioria desta casa, se houver consenso entre as Lideranças partidárias, se houver o convencimento da Presidência, da Mesa quanto à inclusão do projeto em pauta, poderemos avançar, fazer de novo uma audiência pública, trazer o Presidente do Tribunal de Justiça à Casa para discutirmos. Por fim, antes de terminar esta legislatura, poderemos avançar. Essa é a grande questão a considerar.

Somos, assim, solidários aos servidores do Tribunal de Justiça. Temos consciência, pois já vivemos e vivenciamos: neste Estado de Minas Gerais, sob a égide deste governo, nenhum servidor consegue alguma coisa se não for com muita luta e com muita mobilização. Citamos, como exemplo, o caso dos Agentes Penitenciários, demitidos sumária e injustamente por terem feito um dia de paralisação no ano passado. Trezentos servidores foram demitidos. Parece que as pessoas se esquecem desse fato. Demitiram os servidores públicos, os Agentes Penitenciários que usaram simplesmente defender o sagrado direito à melhoria salarial. Foram todos sumariamente demitidos o ano passado. Para voltarem, foi necessária a colaboração desta Casa. Foi mérito deste Poder ajudar a resolver o problema. Não podemos esquecer que há anos os professores da rede estadual de ensino lutam para fazer valer em Minas Gerais uma legislação que determina o piso salarial dos professores. Com muito esforço, com muita mobilização, com uma greve que demorou em torno de 54 dias, obtiveram êxito. Mesmo assim, a Maioria da Casa não atendeu ao sentimento dos professores da rede estadual. E, no período eleitoral, fica todo o mundo mandando cartinhas para as escolas, para tentar justificar o injustificável. Diretoras de escolas convocam os professores para hotéis dizendo tratar-se de reunião da

secretaria, da associação de professores de Minas Gerais; no entanto, ao chegarem lá, pedem voto descaradamente para o atual governo. Mandam contracheque de araque para os professores, que, ao abrirem, veem que se trata de propaganda descarada e extemporânea do atual governo. Não podemos compactuar com isso nem, tampouco aceitar essa situação. Talvez seja por esse motivo que a base governista não se faz presente, por não ter coragem de enfrentar esse debate.

Estamos, então, solidários com o Serjusmig na necessidade de aprovar esse adicional de insalubridade, com critérios objetivos. Estamos à disposição para intermediar com o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, essa negociação. Não tiramos, no entanto, a culpa de quem a tem. A base governista está sendo omissa e peca por esse motivo.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Fico muito à vontade, ilustre Deputado, para comentar toda a sua fala. No tocante aos Agentes Penitenciários, ocupei essa tribuna mais de 20 vezes para cobrar, de forma muito ríspida, do Sr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social, que tinha rasgado a Constituição da República. V. Exa. acompanhou dezenas de pronunciamentos deste Deputado.

Em relação aos professores, votei contra o governo, aprovando as emendas, inclusive as de autoria de V. Exa. Agora, não podemos trazer o debate para o campo político achando que o Governador tem responsabilidade com o servidor do Judiciário. Temos, então, de separar as coisas.

Quanto à questão da base governista, dê uma olhada no Plenário e verá que temos aqui V. Exa., da Tribuna, o Deputado José Henrique, presidindo a reunião, além dos Deputados Ivair Nogueira e Wander Borges. Portanto, temos cinco Deputados no Plenário. Não se pode, portanto, falar de base e de Oposição, pois este é o quórum. Isso é óbvio e compreensível. Todos queremos ser reeleitos. Todos vamos à base. V. Exa., ao acabar aqui, vai também fazer a sua campanha, como é natural e legítimo. Somos um Poder diferente do Judiciário, do Tribunal de Contas e do Executivo. Precisamos ir em busca de votos.

Não adianta querer trazer aqui a base do governo e a Oposição. Há objeções ao projeto por parte do Presidente do Tribunal, e tenho de cobrar isso dele. Se tem objeções, ele deverá chamar os servidores para uma negociação. Dessa forma, facilitaria as coisas.

Por outro lado, tamanha é a coerência deste parlamentar que, se V. Exa. quiser ombrear com este Deputado, obstruiremos a pauta ininterruptamente até que se chegue a um consenso. V. Exa. contará com minha presença em Plenário e obstrução em qualquer projeto, seja do governo, seja de qualquer Deputado, até que o Presidente desta Casa inclua o projeto na pauta. Aí, sim! No entanto, não deverá levar o espaço do discurso para a questão política. O Judiciário tem orçamento próprio, tanto é que é ele quem deflagra o processo do projeto. Sendo assim, é também quem deve responder por seus servidores, e não o governo do Estado.

O Deputado Carlin Moura* - Deputado Sargento Rodrigues, agradeço-lhe o aparte. Realmente não consigo separar o político do concreto, pois entendo que tudo na vida é política. Sem dúvida alguma, a presença da base governista neste Plenário ajudaria na tramitação desse projeto, e é isso que estamos cobrando. Registro que a nossa bancada se encontra presente - ela esteve também pela manhã. Aliás, todos estão inscritos para falar sobre o tema.

Registro, de público, que V. Exa. é um árduo defensor, fiel e presente. Não temos objeção ao seu trabalho, mas não passaremos a mão na cabeça de quem não está tendo a devida responsabilidade com os servidores do Tribunal de Justiça. A presença do Parlamento aqui é fundamental, principalmente para demover a direção do Tribunal de Justiça para essa negociação. Portanto fica aqui o nosso registro.

Ilustre Deputado Wander Borges, preciso fazer um convite, porque, pelo jeito, não haverá quórum nos próximos dias.

Faremos uma visita, juntamente com a Comissão de Participação Popular, à Estação Ferroviária do Bairro Bernardo Monteiro, em Contagem. Trata-se de um patrimônio histórico arquitetônico que completou 100 anos de fundação. O objetivo da nossa visita é, primeiramente, tentar resgatar aquele espaço do nosso Município, que possui uma arquitetura histórica e é uma estação fundamental. Além disso, Deputado Wander Borges, queremos também levantar um aspecto que considero criminoso no Brasil nos últimos anos, que é justamente a interrupção dos trens de passageiros no Estado de Minas Gerais. Nosso Estado é cortado, de norte a sul e de leste a oeste, por trilhos ferroviários; porém, hoje eles só carregam uns vagões da Companhia Vale do Rio Doce para transportar minérios. Já aqueles vagões de passageiros de antigamente estão impedidos de circular, como, por exemplo, os de Araxá, Ibiá, Uberaba, Contagem, Sarzedo e Sabará, onde os trens de passageiros deixaram de transitar.

Portanto faremos essa visita na Estação Bernardo Monteiro, no próximo dia 23, como forma simbólica para começarmos a levantar uma importante bandeira para Minas Gerais: a volta dos trens de passageiros em nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Boa tarde. Gostaria, mais uma vez, de saudar a todos e a todas, e ainda dizer que para mim é uma imensa alegria ver novamente os servidores do Judiciário nesta Casa. Aproveito a oportunidade para parabenizar a Serjusmig, pois, por meio da organização dos servidores públicos, conseguiremos vitórias.

Realmente não podemos baixar a cabeça de maneira alguma. A luta é muito pesada, mas saibam que vocês contam com o apoio desta Casa, pois se trata de uma luta justa. É mais do que justo que se aprove aqui o projeto que atende a uma reivindicação já histórica do conjunto de servidores. Falo do auxílio-periculosidade, que, aliás, já é reconhecido pelo próprio Tribunal de Justiça.

Portanto não tem de haver mais conversa, pois, se já existe o reconhecimento, pareceres, essa discussão que mais parece uma novela tem de acabar. Votamos a suplementação para o Tribunal, então não se justifica ele criar dificuldades para que esta Casa cumpra o seu papel constitucional, exerça sua autonomia e independência para fazer as leis. Afinal, esta Casa tem autonomia para votar e não pode sofrer interferências.

Da mesma maneira que o Poder Legislativo não interfere no Poder Executivo, esperamos que os Deputados tenham toda a liberdade de analisar o projeto. O Deputado que porventura não comungar com essa opinião e achar que a função do servidor do Judiciário não é uma profissão de risco, poderá votar contra o auxílio-periculosidade. Aliás, foram publicados nos jornais vários casos de Oficiais mortos ou que ficaram paraplégicos, numa cama, em consequência de estarem cumprindo seu dever. Muitos e muitos servidores já passaram por situações de risco. Essa é uma profissão de risco. O auxílio-periculosidade faz jus à categoria e já é realidade em outros Estados. Não se trata de uma novidade, porque outros Estados pagam o auxílio-periculosidade. É simples, basta colocar o projeto em pauta. Para isso já existe um requerimento aprovado para tramitação de urgência, a fim de que ele seja incluído na pauta da ordem do dia, em Plenário. A partir daí, como já disse, o Deputado que for a favor deve votar a favor, e o Deputado que for contra deve votar contra e prestar contas à população. É muito simples, mas cada um terá de se posicionar.

Mais uma vez, é preciso ressaltar a importância da organização dos servidores por meio dos sindicatos. O Serjusmig fez escola, e não poderia

deixar de fazer esse reconhecimento. Outros sindicatos seguiram o exemplo do Serjusmig, inclusive os servidores da educação. Essa experiência de vir até a Assembleia conversar com o conjunto dos Deputados, independentemente de partido político, é de grande valia. É muito importante que as categorias estejam sempre presentes, fazendo reuniões e audiências públicas permanentes. Aliás, isso foi exatamente o que abriu os olhos de outros sindicatos. O Sind-UTE fez uma mobilização histórica no nosso Estado, seguindo o exemplo dos servidores do Judiciário, que sempre estão presentes na Casa, e essa mobilização realmente deu resultado quanto ao aspecto da organização dos trabalhadores.

Os professores, por exemplo, abraçaram com força a sua causa, já que não é justo terem, num contracheque, um salário de R\$336,00, menos que o salário mínimo. O pior é que a categoria continua empobrecida, e, no ano que vem, o Orçamento irá ultrapassar R\$50.000.000.000,00. O Orçamento de 2003 foi de R\$17.000.000.000,00, ou seja, houve um salto de mais R\$40.000.000.000,00 para este ano; no ano que vem, a cifra do Orçamento ultrapassará a casa dos R\$50.000.000.000,00. Dinheiro há. E aí eu pergunto: o salário dos servidores do Judiciário, nesse mesmo período, aumentou três vezes? O governo não havia prometido que iria acompanhar a elevação do Orçamento do Estado para garantir o reajuste dos servidores na mesma proporção? Esse reajuste foi garantido na mesma proporção do aumento do Orçamento do Estado? Não, porque o Orçamento do Estado praticamente irá triplicar, e o salário do servidor não aumentou. Essa é a realidade em todas as áreas, seja no Judiciário, seja na segurança pública, como é o caso dos policiais civis e militares de Minas Gerais, e dos Bombeiros Militares.

O auxílio-periculosidade está na Constituição do Estado, mas, infelizmente, o governo não o paga, porque essa não é a sua prioridade. O governo de nosso Estado não tem a prioridade de valorizar o ser humano. Ele se preocupa com concreto, com aço, não se preocupa com a vida do povo. Dinheiro para construir Centro Administrativo, isso ele tem. Tanto tem, que gastou R\$2.000.000.000,00. Mas, para valorizar o ser humano, infelizmente não tem. Quantas moradias populares poderiam ser feitas com o recurso gasto no Centro Administrativo? Praticamente daria para compensar o déficit habitacional do Estado de Minas Gerais, mas infelizmente essa não é a prioridade do governo. Além disso, no mundo inteiro, as pessoas falam em descentralizar as ações de governo, porque hoje existe a internet. A ideia é deixar o governo mais próximo do povo. Mas aqui, em Minas Gerais, o caminho tomado pelo governo foi diferente, já que ele centralizou a sua administração num único local. O fundamental é descentralizar as ações e valorizar o ser humano.

O projeto da educação aprovado nesta Casa não atende ao conjunto dos servidores, já que eles assim não se sentiram, de maneira nenhuma. O que os servidores queriam era a implementação do piso nacional dos servidores da educação, para que se cumprisse com uma lei federal, mas não foi isso o que ocorreu. Criou-se um subsídio que, incorporando as gratificações, dá com uma mão e tira com a outra. A situação dos servidores realmente é muito difícil, mas vejo uma luz no fim do túnel, que é justamente a mobilização desses servidores. É exatamente isso o que os servidores do Serjusmig estão fazendo, e com muita coragem, diga-se de passagem.

Isso é fundamental. Está tendo a coragem de vir aqui, debater e colocar o dedo na ferida. Esse é o papel verdadeiro do sindicato: falar a verdade, mostrar a realidade. Isso o conjunto dos servidores, o sindicato, estão fazendo. Na Casa temos uma lei que queremos ver aprovada. Queremos garantir o auxílio-periculosidade. Há pareceres, estudos favoráveis e promessa. Virou uma novela. Queremos que a Assembleia Legislativa aprecie o projeto com muita coragem e firmeza. Isso é mais do que justo. Esse é o papel do conjunto dos servidores.

No caso, há os servidores da segurança pública, do Serjusmig, do Judiciário, servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Sindicato dos Servidores da Polícia Militar, as associações, o Sind-UTE. Está havendo uma grande mobilização dos servidores públicos. Isso é realmente importante e dá força para avançarmos. Sempre costumo dizer que o Parlamento é igual a feijão: funciona é na pressão, mesmo, na mobilização, no diálogo, no dia a dia. Infelizmente, se não houver essa pressão permanente, as coisas não andam.

Quero, mais uma vez, parabenizar os servidores. Já concedo aparte ao Deputado Wander Borges. Quero conclamar toda a população, a propósito do nosso projeto pelo fim da assinatura básica da telefonia, a qual, recentemente, acabou na Bahia. Aliás, o governo já sancionou a lei. A cobrança de R\$41,00 pela assinatura básica da telefonia foi criada para fazer a expansão das redes. Essa cobrança hoje é ilegal; desde 2006 as redes estão prontas, mas, infelizmente, até hoje continua se cobrando a taxa mensal do telefone, em alguns planos de telefone celular e, principalmente, de telefone fixo. Temos um projeto tramitando. Em São Paulo tramitou um projeto semelhante a esse, que foi aprovado. Houve recurso à Justiça. Mas, na Bahia, o governo já sancionou a lei que acabou com a taxa de assinatura básica mensal do telefone, que é um abuso contra o consumidor.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Primeiro, cumprimento o Presidente, nobre Deputado José Henrique, e o Deputado Weliton Prado. Acho que o caminho é esse mesmo. Quero fazer apenas uma avaliação. Conversando com o Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos - e também no Estado do Pará -, constatamos uma grande dificuldade de encaminhamento das questões que se referem à receita. Falamos em R\$45.000.000.000,00 de receita aqui no Estado, mas a União arrecadou no mês de abril R\$70.000.000.000,00.

Hoje o gasto de despesa com pessoal da maioria dos Estados brasileiros, a incluir o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, chega a quase 60% da receita corrente líquida, assim como nas Prefeituras. Deputado Weliton, estamos chegando à conclusão de que existe uma compressão nos Estados brasileiros no que se refere a aumento de despesa com pessoal porque a receita corrente líquida não aumenta na mesma proporção.

Existe sobra de recursos no governo federal. Proveniente de quê? Da Constituição de 1988. Vários serviços que foram alocados para o governo federal àquela época foram transferidos para Estados e Municípios. Há que se convir, hoje um médico do Programa Saúde da Família, uma equipe dentro de um Município qualquer, já dá um prejuízo de quase 40%. O que precisamos fazer para seguir essa linha de raciocínio que V. Exa. defende, extremamente coerente e correta, é um novo pacto federativo. Precisamos reorganizar a repartição de receitas entre o Estado, a União e o Município.

Peço a V. Exa., que chegará à Câmara Federal, que empunhe a bandeira de fortalecimento de Estados e Municípios. Porque será uma eterna guerra. À propósito, quero contrapor-me a algo que disse o Deputado Carlin Moura e que na hora não deu tempo: quando o Orçamento chega a esta Casa, a Assembleia retira o seu percentual, o Tribunal de Contas, do qual sou funcionário efetivo, retira o seu percentual, o Tribunal de Justiça retira o seu percentual e o Ministério Público retira o seu percentual. E sobra o resto para o Executivo.

É nessa configuração que precisamos trabalhar. O que foi pactuado em 1988 estava certo, mas hoje não atende mais a 2010, 2011, 2012. Precisamos melhorar essa repartição de receitas não apenas para o Estado, mas também para os Municípios. Sou municipalista convicto e sei que precisamos melhorar um pouco a receita e, consequentemente, a renda dos funcionários efetivos, contratados e comissionados, enfim, de todas as categorias, de forma que tenham uma vida mais digna.

Quero corroborar com a sua fala. O caminho é esse mesmo, devemos nos mobilizar, discutir e encontrar soluções para que realmente beneficiem a nós, funcionários públicos - também sou um deles. Muito obrigado, Deputado Weliton.

O Deputado Weliton Prado* - Agradecemos a V. Exa. e frisamos que realmente a revisão do pacto federativo é urgente. Já afirmava o poeta Mário Lago que uma cidade parece pequena, se comparada com o País, mas é nela que se começa a ser feliz. O cidadão mora e vive no Município, onde grande parte dos impostos, incluindo o ICMS, é arrecadada. E a centralização ocorre tanto no ente federal quanto no estadual. É preciso rever isso.

Quando fui Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, fizemos um levantamento no Instituto Brasileiro de Administração Pública Municipal e descobrimos que 20% dos gastos dos pequenos Municípios se referem a contribuições do Estado e da União.

Praticamente todos os Municípios mineiros fazem convênio com a Polícia Militar, que exerce uma atividade de responsabilidade do Estado, e fornecem combustível, pagam aluguel, cedem funcionários ao Judiciário e à área de saúde, garantem transporte escolar aos alunos do ensino médio, atividade que também é de responsabilidade do Estado. Então, cerca de 10% a 20% de tudo que os pequenos Municípios gastam não é com suas atividades próprias. A cada dia que passa, eles assumem mais e mais responsabilidades. De fato, é fundamental revermos o pacto federativo. Desculpem-me de dizer isto, mas, às vezes, até o papel higiênico é fornecido pelas Prefeituras aos órgãos do Estado, porque, caso contrário, as questões básicas ficam pendentes.

Há uma grande injustiça quanto ao ICMS, tendo em vista que 75% do seu valor fica centralizado apenas num ente federativo: o Estado. Apenas 25% são distribuídos a 853 Municípios. Temos de fazer a reforma tributária, pois não é justo o cidadão pagar 42% de ICMS na conta de luz. O nosso ICMS é o mais caro do Brasil, cobre o PIS e a Cofins, cuja cobrança é ilegal. Aliás, entramos na Justiça para acabar com tal cobrança nas contas de luz e de telefone, a qual corresponde a 7%. Por ser uma contribuição federal, as empresas é que deveriam pagá-la, e não, o consumidor. E a cobrança nem é discriminada: o cidadão nem sabe que está pagando. O Ministério Público já está investigando, já fizemos denúncia e faremos pressão. O STJ está julgando a ação neste momento. Fazemos um apelo para que seja analisada a inconstitucionalidade e a cobrança do PIS e da Cofins nas contas de luz e de telefone.

Meu tempo está terminando; gostaria de agradecer a todos e de parabenizar os servidores. A frase da faixa diz: "Quantos servidores perderão suas vidas antes de verem reconhecido o direito ao adicional de periculosidade?". Essa é a pergunta do Serjusmig. A aprovação do Projeto de Lei nº 3.797 realmente é uma questão de justiça. Tenho certeza absoluta de que vocês têm todas as condições de atingir o seu objetivo, porque ele é justo, é legal, é merecido. Temos de fazer mais articulações para que o governo e, de forma muito especial, o Tribunal de Justiça se sensibilizem, porque isso é responsabilidade dessa Corte, e ela não pode definitivamente interferir no Poder Legislativo. Fazemos este apelo e repetimos que nós, da bancada do PT e do PCdoB, estaremos firmes em defesa dos servidores. Queremos que o projeto seja incluído na pauta. Votaremos a seu favor. Esperamos que, se houver possibilidade, ele seja votado e apreciado o mais rápido possível, antes das eleições ou ainda neste ano, para que o próximo governo garanta e assumo o adicional, a fim de fazermos a previsão orçamentária do auxílio-periculosidade do Tribunal para o ano que vem. Não há nenhum problema em relação à questão legal, não há problema orçamentário. Não há problema em pagar, por exemplo, a URV para determinadas categorias, mas há problema quando a corda arrebenta do lado do mais fraco, que é o servidor do Judiciário, o Oficial, o Comissário da Infância, o psicólogo. Não podemos admitir dois pesos e duas medidas. Para alguns, pode, não há problema legal ou constitucional, mas, para outros, há problema orçamentário, jurídico. Não podemos aceitar isso. É o que sempre falamos aqui: é parecer, parece ser. Se for bom para uma parte, há parecer favorável; mas para a outra parte levantam-se questionamentos, é ilegal, a Constituição não permite.

Deixo aqui nosso apelo para que o Projeto de Lei nº 3.797 seja incluído na pauta, fazendo justiça, determinando, de uma vez por todas, o adicional de periculosidade dos servidores do Judiciário e acabando com essa novela. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, público que nos acompanha das galerias e pela TV Assembleia, boa tarde. Pela manhã, em dois momentos - um, aqui no Plenário e outro, lá fora, nas escadarias -, pudemos manifestar nossa solidariedade e, muito além disso, nosso compromisso com os servidores do Tribunal de Justiça. Temos a convicção de que todos os servidores públicos, sejam do Judiciário, sejam do Legislativo ou do Executivo, são as trabalhadoras e os trabalhadores que garantem as políticas públicas, a justiça, uma fiscalização mais eficiente e mesmo uma produção legislativa, no caso do Poder Legislativo. É esse conjunto de servidores que presta serviço ao cidadão. Esse serviço será sempre mais eficiente e eficaz quando essas trabalhadoras e trabalhadores tiverem motivação, quando forem pelo menos reconhecidos e respeitados. Minha crítica nesta nova gestão do Tribunal, com todo o respeito à pessoa do Desembargador Cláudio Costa, é feita em relação à forma de conduzir, de presidir um Poder que tem importância fundamental para toda a democracia. Começa-se ignorando os servidores, ignorando quem garante o funcionamento de toda a máquina, de toda a estrutura do Judiciário, dificultando a negociação, a discussão, a oportunidade de ouvir. Depois, há esta, de certa forma, intransigência, esta inflexibilidade que não facilita um entendimento. Fizemos essa provocação. Entendo que a Assembleia Legislativa deu sua contribuição nesse primeiro momento. Se os servidores foram ignorados, temos de ter outra ação na Assembleia Legislativa: a de apreciar os Projetos de Lei nºs 4.256 e 3.797, que garantem justiça aos trabalhadores do Tribunal. Não se trata de demagogia. A tabela do Projeto de Lei nº 4.256 está defasada, é desrespeitosa, e o servidor vem pagando para trabalhar. Há um entendimento de que é até cobrado das partes um valor que não é repassado. Isso é grave, os mandados e diligências têm um custo, mas o poder o recolhe e não repassa o valor. Temos de assegurar que haja um entendimento. Estamos avançando no entendimento com os dirigentes do sindicato para que haja uma melhoria do Projeto de Lei nº 4.256, que já está pronto para a ordem do dia, assim como o Projeto de Lei nº 3.797. Então vamos apreciá-los, e que cada um de nós tenha a liberdade de acolher ou não as emendas, rejeitar o projeto na totalidade ou aprovar o que foi aprimorado ao longo da tramitação.

A razão desta Casa é aprimorar os projetos que vêm do Executivo e do Judiciário. Se chegar um projeto do Judiciário e toda a sua tramitação for intocável, sem nenhum acréscimo ou melhoria, qual seria a função do Legislativo em relação ao Judiciário? Não haveria razão de existir. Se a própria Constituição obriga essa tramitação na Casa, isso é porque nós, Deputados, temos o poder, conferido pelo povo, para aprimorar os projetos.

Portanto as demandas são justas e legítimas, e reconhecemos que será um avanço, mais uma conquista dos trabalhadores do TJ e dos sindicatos. Não adianta que cada trabalhador chore no seu canto, sem um dos instrumentos mais importantes da democracia, os sindicatos. Eles garantem justiça e defendem as categorias. Então essa conquista será do servidor e do sindicato. Já houve conquistas aqui, embora algumas continuem sendo ignoradas pelo próprio TJ.

Então quero reafirmar o nosso compromisso de estar junto de todos os servidores do TJ. Vocês têm o nosso apoio, e, no que depender de nós, como já estamos construindo uma emenda, melhoraremos o projeto que trata das custas processuais.

Gostaria de abordar outro assunto, que também é uma conquista. A Assembleia Legislativa teve participação na liberação do novo viaduto.

As rodovias federais vão bem e a liberação desse novo viaduto é uma conquista para toda a população que se utiliza da BR-040, saindo de Congonhas. Foram feitas várias críticas, mas a verdade é que no PAC, da Dilma e do Presidente Lula, foi priorizada a BR-040, assim como é prioridade a BR-381. Assim, nesta semana foi liberado o Viaduto Vila Rica, pouco conhecido por esse nome, já que em quase todo o Brasil todos o chamam de Viaduto das Almas. Essa é mais uma conquista, resultado de muitas lutas e manifestações, que acompanha desde 1994: uma vez por ano, obstruíamos a BR-040 na altura daquele viaduto. Também D. Luciano Pedro Mendes de Almeida, desde que assumiu a Arquidiocese de Mariana, celebrava uma missa anual na intenção de todas as pessoas vitimadas naquele local. Depois da missa, o próprio D. Luciano ajudava os trabalhadores e familiares de vítima a ocupar e obstruir a BR-040 na região, para chamar a atenção do governo para a importância de se chegar a uma solução. De fato, este governo se sensibilizou para essa demanda que vem há mais de 20 anos e tomou a iniciativa da solução. Assim, esse novo trecho vai garantir maior segurança para todos os que vão trafegar na BR-040. De nossa parte, também realizamos várias audiências e visitas técnicas. Ou seja, é uma conquista de todo o conjunto.

É muito importante destacar que é a rodovia paralela à BR-040 que está em execução, e que isso é fruto de muitas audiências públicas

realizadas por meio de requerimento nosso. Assim foram feitos mais de 23km de uma nova estrada, ligando, por dentro, Itabirito a Congonhas, ou melhor, ao Pires, porque a estrada vai cortar a BR-040 na região do Pires, indo para a Casa de Pedra. A grande conquista é que todos os caminhões serão retirados da BR-040 em seu pior trecho, justamente o que vai do trevo de Itabirito a Congonhas: quando não chove, é poeira e minério que caem; no tempo chuvoso, há muita lama.

Além dessa rodovia paralela, que podemos denominar de Rodovia do Minério, está sendo feita a correção de alguns trechos da própria BR-40, como a retirada da Curva do Sabão, outro trecho com alto índice de vítimas. Destaco, portanto, que essa é mais uma conquista desse conjunto. Por várias vezes fui autor de requerimentos reivindicando isso. Mesmo sendo do PT, partido do Presidente Lula, nunca deixamos de provocar e de buscar junto ao DNIT, que é o responsável por essa área, solução para esses trechos antes considerados críticos, com muitos buracos e problemas devido à sobrecarga de tráfego e do excesso de peso com que trafegam os caminhões e carretas, trazendo grandes danos ao asfalto.

De certa forma, isso foi corrigido por meio da visita técnica da Assembleia. Acompanhamos a fiscalização e pedimos que a polícia parasse os caminhões e pesasse sua carga para verificarmos se realmente havia sobrepeso. Uma das ações realizadas com o entendimento das empresas Vale, CSN e Gerdau foi garantir a construção de alguns trechos, que de certa forma já está avançada. No entanto, alguns trechos não avançaram em consequência da necessidade da licença ambiental. Entendo que muitas vidas serão poupadas e resguardadas tanto com a construção do novo viaduto como também com a Rodovia do Minério, paralela à BR-040, totalizando 23km no trecho compreendido entre Congonhas e Pires. Depois disso, ela continuará, mas discutiremos com as empresas a busca do menor impacto possível para a comunidade do Pires, como a construção de uma passarela no local. Para o minério foi construído um viaduto sobre a BR-040. Mas, e as pessoas que moram de um lado e de outro do Pires e precisam atravessá-la? É isso que devemos buscar junto ao DNIT e às empresas, para garantirmos a segurança de vida e a paz no trânsito à comunidade do Pires.

Sr. Presidente, agradeço-lhe e parabeno todos os servidores do TJ. Tenham força na luta, pois com união e persistência a luta não será em vão. Contem sempre conosco. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/9/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 14/9/10, a servidora Manoela Candida Fernandes, CPF nº 141.508.756-34, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Ronaldo João da Silva, matrícula 12.218-1, no dia 4/8/2010.

Mesa da Assembleia, 14 de setembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 4/9/2010, pág. 123, col. 2, onde se lê:

"Cristina Lúcia de Assis Andrade", leia-se:

"Cristina Lúcia de Assis".

Na col. 3, onde se lê:

"Cristiane Marçal dos Santos", leia-se:

"Cristiane Marçal dos Santos Martins."

E, onde se lê:

"Rosanea Aparecida de Freitas", leia-se:

"Rosânea Aparecida de Freitas".